



## Policultura, epidemias e mão de obra: aspectos da crise em Itaguaí. (1889-1929)

MAX FABIANO RODRIGUES DE OLIVEIRA<sup>1</sup>

### Introdução

Esta pesquisa ingressou no curso de doutorado em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro com o objetivo de dar continuidade aos resultados encontrados durante o mestrado na mesma instituição. Portanto, o ponto de partida era tentar compreender a estrutura agrária do município de Itaguaí entre os anos de 1872 à 1930. Um período em que temos na região a crise do café e da mão de obra escrava. A questão a ser analisada buscava verificar como fazendeiros, lavradores e suas unidades produtivas se comportaram diante das crises da escravidão e do café enfrentadas pelos proprietários daquela região. gumas que só poderiam ser respondidas em um segundo momento.

É importante frisar que das três freguesias que compreendiam o município de Itaguaí durante o período, duas faziam parte das terras da Fazenda Imperial de Santa Cruz. Portanto, todos os fazendeiros e lavradores destas duas freguesias eram foreiros, pagando anualmente um foro cobrado pela administração daquela fazenda. Acreditamos que esta especificidade conduziu aquela localidade a uma menor concentração fundiária, quando comparada a outras localidades da região fluminense e, até mesmo, esta característica, pode ter limitado determinadas estratégias de manutenção daquelas propriedades, como o arrendamento de terras. (MOTTA, 1989 ; OLIVEIRA, 2015)

Mas, antes de entrarmos mais a fundo na razão principal deste texto, peço desculpas, pois não posso, de forma alguma, me calar diante da difícil realidade enfrentada por esta e, provavelmente, muitas outras pesquisas que sobrevivem por pura teimosia e paixão de seus pesquisadores. Sem qualquer tipo de financiamento, de qualquer ordem. Muitas vezes sem grandes perspectivas de inserção no mercado de trabalho ao término dos seus mestrados e doutorados. Tempos difíceis estes onde a educação é vista como gasto e não investimento. Dito isto, com coragem, seguimos! Voltemos ao nosso tema.

Por ainda estar no início desta nova fase, começaremos demonstrando alguns resultados que foram encontrados com a conclusão da dissertação. Assim, o leitor se inteira da pesquisa

---

\* Doutorando no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

passada que facilitará sua compreensão dos passos que no momento estamos seguindo. Poucas respostas, algumas hipóteses, outros objetivos, muitas fontes e questões, é o que temos neste momento.

### **A policultura**

Ao longo da segunda metade do século XIX há uma mudança no perfil produtivo das propriedades administradas por fazendeiros e lavradores em Itaguaí. Se no início percebemos nos inventários *post mortem* o café como principal produto, posteriormente, percebemos a produção da cana-de-açúcar, para a aguardente e, diversos gêneros alimentícios ganhando maior espaço gradativamente, a policultura.

Marcia Motta percebe a policultura como uma tentativa de manter as propriedades pelos pequenos lavradores, pois a diversidade permitia maior possibilidade de lucro. Estavam plantando para um mercado interno de alimentos que abastecia a região e servia também de subsistência. (MOTTA,1989)

Entendemos que a policultura percebida nas análises dos inventários em Itaguaí, mais especificamente na freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal, era a forma encontrada pelos pequenos foreiros de aumentar a possibilidade de venda de sua produção. A maior parte dos foreiros de Bananal era de pequenos lavradores, percebemos que desde a década de 1850 a policultura está presente em terras desta freguesia, mas sua presença aumenta com a diminuição gradativa do plantio do café.

O elemento da policultura, segundo Márcia Motta, se torna importante para uma estrutura social que privilegiava o grande fazendeiro. Se por um lado a policultura era o caminho encontrado pelos pequenos lavradores para atuarem no mercado interno de alimentos, ela foi fundamental para que os maiores fazendeiros, que concentravam grande parte das terras disponíveis, pudessem partilhar as mesmas em arrendamentos para os lavradores. (MOTTA,1989:174)

A crise do café em si não configurou, necessariamente, elemento suficiente para levar uma região inteira a uma profunda decadência econômica irreversível, já que em algumas localidades foi possível verificar a capacidade de vários agricultores em reformular a produção de suas unidades produtivas. Não estamos dizendo que estes não sofreram com a crise, apenas concluímos que mantiveram suas propriedades, apesar dos problemas, funcionando com uma produção diversificada.

Mas, se a crise do café não foi um elemento suficiente para conduzir o município de Itaguaí a uma crise profunda, o que levou a região a um grande abandono no fim do século XIX e início do XX? Quais outros fatores podem ser considerados para que isso se justifique? Podemos começar nossas considerações com o impacto da construção das ferrovias em direção aos sertões do Rio de Janeiro, passando pelos terrenos planos e alagadiços da região hoje conhecida como Baixada Fluminense.

### **Entre o progresso, o abandono, as enchentes e as epidemias.**

A partir da segunda metade do século XIX, o avanço das ferrovias em direção àquela região, primeiro a ferrovia Mauá e depois pela ferrovia D. Pedro II, fez com que os rios locais, usados para o escoamento da produção das fazendas da região e do Vale do Paraíba, fossem gradativamente substituídos pela via férrea. A Estrada de Ferro D. Pedro II alcançava a estação Belém, onde hoje fica o município de Japeri. Em 1859, o trajeto era percorrido pelas terras planas da região passando por várias partes pantanosas. (FADEL, 2006: 93)

Ao analisarmos o Livro de Registro de Ofícios da Câmara Municipal de Itaguaí foi possível encontrar uma representação à Câmara dos Senadores, relativo à estrada de ferro de 10 de maio de 1852, onde os vereadores de Itaguaí se colocam contra a construção daquela via alegando “sofrimento” causado às povoações do litoral sul fluminense cujo comércio seria prejudicado. Portanto, eles já previam que a construção da estrada de ferro os tiraria das rotas comerciais, o que seria um elemento forte para o declínio econômico do município. (APERJ – Registro de Ofícios da Câmara de Itaguaí. 10 de maio de 1852).

A chegada da via férrea à estação de Belém foi de grande impacto para a região, os rios não precisavam mais ser usados para o escoamento da produção cafeeira do Vale do Paraíba e a produção local dos agricultores. Portanto, além de toda a crise econômica que isso acarretava, já que a freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal, em Itaguaí, saía da rota comercial que movimentava a localidade, os rios obstruídos levariam a região a uma situação de insalubridade grave, que continuaria no início do século XX.

*O tráfego pelos pequenos rios da Baixada da Guanabara que desempenharam um papel tão importante no comércio interno no Brasil até meados do século passado, exigia um constante trabalho e desentupimento e limpeza dos cursos d'água da região. Após a construção das estradas de ferro na segunda metade do século XIX realizou-se uma verdadeira captura econômica pelas novas vias de comunicação;*

*as antigas tropas, não podendo concorrer com o transporte ferroviário, breve desapareceram e, conseqüentemente os portos fluviais, 'terminus' dos longos caminhos que punham em comunicação o sertão com o litoral, entraram em franca decadência. Diminuindo e, em certos casos, cessando mesmo a navegação fluvial da região da Guanabara, a vegetação aquática, os troncos e galhadas passaram a obstruir os rios, contribuindo para o espriamento das águas durante a época das chuvas, o que acarreta a formação ou dilação dos brejais (...). MENDES, 1949 Apud FADEL, 2006: 81-84*

Agora a população que ainda resistia tinha que se preocupar com a febre palustre, mais conhecida hoje como malária. Esse novo elemento que afetava a região conduziu as autoridades a duas comissões de saneamento que visavam resolver a questão, sendo a primeira em 1883 e a segunda em 1889, não sendo bem sucedidas. (FADEL, 2006: 81-84)

A via férrea segue por um caminho muito diferente do rio Guandu, isolando completamente Itaguaí da rota comercial. Desta forma, vários elementos se somaram e levaram a cidade a um processo de crise. Ainda citando o impacto das ferrovias, elemento desencadeador do abandono dos rios e as conseqüentes obstruções, provocando a febre palustre, Renato da Silveira Mendes reforça o argumento de que as antigas regiões da Baixada Fluminense entram em grande decadência a partir da chegada das estradas de ferro.

*A paisagem rural dessas antigas regiões era de completa desolação e abandono, pois salvo as pequenas culturas de árvores frutíferas (...) muito pouca coisa indicava a existência de uma atividade humana. Onde outrora havia uma vida rural muito movimentada, população relativamente densa, grandes plantações, engenhos fumegando em plena atividade, barcos, carros e tropas animando a paisagem, somente imperava a ruína nos fins do século XIX. Era como um retrocesso, uma volta à paisagem natural com a expansão dos brejos, dos carrascais (...)*

*Somente as estradas de ferro revelavam a presença do homem nessa paisagem de desolação; os trens, contudo, atravessavam uma região abandonada como se percorresse um deserto, sem particular vida local. (MENDES, 1948 Apud FADEL, 2006: 90)*

É possível que a febre palustre, causada pelo avanço dos brejos, tenha sido o elemento final que levou ao abandono da região de Itaguaí no final do século XIX. A população local já esmaecida pelas crises aqui já relatadas, ainda se viu diante de uma doença, causada pelos

mosquitos que viviam nas regiões alagadiças, sem controle e que estava lhes tirando a vida. Não havia mais porque continuar ali.

Desta forma, se houve esse êxodo tão grande, provavelmente, podemos tentar perceber nos recenseamentos que ocorreram durante o período, alguma modificação drástica na população do município de Itaguaí, e foi o que fizemos. Utilizamos os censos de 1872, 1890 e 1900 para tentar confirmar o que lemos nas fontes anteriores e descobrimos que houve realmente uma diminuição no número da população total, mas nada que conduzisse a cidade a um estado de abandono.

Quando observamos os recenseamentos para verificarmos como se comportou o município, temos em 1872 sua população estimada em 13.875, já em 1890 sua população total era de 13.569. Portanto, em 18 anos houve praticamente uma estagnação demográfica em Itaguaí, justamente em um período onde o declínio do café, foi bastante acentuado. No último censo, em 1900, há realmente um decréscimo populacional em 18%, passando para 11.170.<sup>2</sup>

Desta forma, podemos afirmar que, ao menos, segundo os recenseamentos, houve sim uma estagnação populacional em Itaguaí, seguido de uma redução considerável em um período total de 28 anos, mas nada tão dramático. Os dados desses Censos não confirmam os relatos, provavelmente exagerados sobre a crise que o município passou no fim da segunda metade do século XIX.<sup>3</sup> Decidimos verificar como se comportaram algumas localidades já utilizadas neste trabalho para comparar os nossos resultados e encontramos a seguinte situação.

A análise do livro de Registro de Ofícios da Câmara de Itaguaí e do livro de Atas da Câmara Municipal de Itaguaí nos permitiu entender um pouco mais daquele cotidiano através dos ofícios que eram remetidos para a corte sobre questões que estavam presentes no dia a dia daquelas pessoas. Através destas fontes conseguimos ter uma visão, acreditamos, mais ampla da realidade do município.

### **Os Registros de Ofícios e Atas da Câmara Municipal de Itaguaí.**

O primeiro tema que nos chamou atenção na análise desta fonte foi o número imenso de ofícios que tratavam de aterros, pontes, pântanos, entre outras questões a respeito de

---

<sup>2</sup> Censo Demográfico – 1872, 1890 e 1900.

<sup>3</sup> Encontramos relatos que falam de uma Itaguaí completamente abandonada em fontes como o Almanak Laemmert. Essa discussão está mais detalhada na dissertação que defendi no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Ver referências Bibliográficas.

melhoramentos referentes ao trânsito de carros e pessoas pelas vias do município. Os vereadores redigiram ofícios ao presidente da província pedindo ajuda para o “dessecamento” dos pântanos, para a construção de uma ponte, um aterro, um calçamento, soluções para as enchentes constantes.

O que podemos observar nessa enorme quantidade de ofícios que tratavam deste tema, é que em Itaguaí a questão das enchentes, dos terrenos sazonalmente alagados, era uma realidade que estava presente no cotidiano daquelas pessoas, provavelmente já acostumadas com as dificuldades geográficas daquela região. Pediam não só a construção de novas pontes, mas, em muitos casos, pediam que fossem reparadas as já existentes, pois “os moradores do lugar arriscavam a vida em “tempos de água””. (APERJ - **Registro de Ofícios da Câmara de Itaguaí**. Dezembro de 1846).

Já no fim da primeira metade do século XIX as questões sobre os terrenos alagadiços já eram um problema para o município de Itaguaí, a febre palustre também estava presente em ofícios que pediam ajuda para acabar com o “flagelo da febre”, pediam para que fossem conseguidos os meios para melhorar os terrenos alagadiços responsáveis pela doença.

É interessante notar que em outubro de 1849 já há menção a falta de braços em dois ofícios e a necessidade de créditos agrícolas. Em um dos ofícios a falta de braços é para uma obra na estrada geral e ainda fala da decadência da vila de Itaguaí “outrora florescente”. (APERJ - **Registro de Ofícios da Câmara de Itaguaí**. Outubro de 1849). Os ofícios citados acima nos remetem ao trabalho de Ricardo Ruiz que já verifica um esvaziamento de mão de obra escrava na primeira metade do século XIX. (RUIZ, 1997)

Em 23 de maio de 1850, outro ofício pede ajuda de médicos e medicamentos para a população doente devido a uma epidemia “reinante” no município classificada no documento como uma “catástrofe”. Não é possível, através desta fonte, mensurarmos o alcance dessas epidemias constantes, e mesmo em que medida o ofício pode estar revestido de um discurso exagerado, mas podemos afirmar que era uma realidade presente fortemente na vida dos moradores de Itaguaí pela junção dos dois tipos de ofícios: os que pediam ajuda para secar os terrenos alagadiços, exatamente a condição para que o mosquito se proliferasse nas águas paradas, e os ofícios que tratavam precisamente das epidemias.

Na sequência encontramos outro ofício dos vereadores agradecendo a ajuda dos médicos que conseguiram diminuir a epidemia graças a seus esforços. E no ano seguinte novamente pedindo ajuda para a epidemia que com todos os caracteres de febre amarela

assolava a região. Portanto, acreditamos que era um ciclo anual de epidemias, que se repetiam em Itaguaí no período de chuvas.

Os problemas com as enchentes e com a epidemia de febre palustre, provavelmente acompanharam os moradores de Itaguaí por toda a segunda metade do século XIX, pois ao analisarmos as Atas da Câmara Municipal de Itaguaí entre os anos 1896 e 1897, encontramos um cenário muito próximo no que se refere a estes temas, acrescidos de mais um elemento que preocupava os administradores do município, a necessidade de ter água potável.

Além disso, nas páginas das Atas da Câmara Municipal de Itaguaí podemos verificar que apesar da crise pela qual passava o município, ele continuou seu funcionamento em um cenário menos apocalíptico do que verificamos em alguns relatos. Temas básicos, como um parecer da comissão da fazenda para que se pagasse a diária de limpeza das ruas, são tratados de forma rotineira demonstrando o dia a dia aparentemente regular em Itaguaí.

Os vereadores do município entendem que o desentupimento dos rios há tempos não usados como meio de transporte para a produção local em grande escala é condição fundamental para que a população “goze de boa saúde”. (APERJ – **Atas da Câmara Municipal de Itaguaí**. 1896, fl. 12).

Apesar dos rios não serem mais a principal rota de escoamento do que era produzido ou destinado à Itaguaí, eles, mesmo precariamente, serviam a algum tipo de trânsito, é isso que nos informa esta mesma ata ao afirmar que a limpeza deve ser feita para que ao menos possam navegar pequenas canoas em benefício do comércio. Muitas são as atas que tratam da necessidade de desentupimento dos rios, ao mesmo tempo em que associa este fato como uma questão de saúde pública.

*Até a ponte do aterrado do Piranema, encontrando dentro do leito do mesmo rio muitas jangadas e bambus arrancados pelas enchentes do ano passado, bem como muitos paus grossos que proibem a passagem das águas, além de ambas as margens se acharem completamente sujas de grandes espinheiros, a maior parte virados para o leito do rio, motivo este que nas ocasiões de enchentes as águas saem do seu leito e espraíam-se na estrada do Rio Preto, bem como no aterro do Cai-Tudo e no do Piranema, sendo de grande necessidade a limpeza do dito Rio quanto antes, afim de aproveitar-se a época calmosa por tornar-se mais fácil o serviço. (APERJ – **Atas da Câmara Municipal de Itaguaí**. 1896, fl. 25)*

É possível verificar com as atas da Câmara Municipal de Itaguaí que entre os anos de 1896 e 1897 o município, apesar de todos os relatos da crise, mantinha uma vida administrativa relativamente atuante e funcionando, envolvida em questões de saneamento para a população, como canalização de uma cachoeira para que fosse disponibilizada água potável para o município. Outras ações visavam à desobstrução dos rios da região que sofriam o abandono já relatado por outros documentos, mas principalmente pelas enchentes anuais que deixavam os rios intransitáveis, fugindo do seu leito original, alagando regiões próximas e deixando estradas bloqueadas. Outras medidas visavam à reconstrução de pontes, além dos constantes relatos envolvendo a febre palustre que era um problema em toda a região já relatado em grandes epidemias nos anos 1850 nos Registros de Ofícios da Câmara Municipal de Itaguaí destinados ao Presidente da Província.

Algumas atas são tão minuciosas que chegam a especificar em detalhes como deve ser feita a limpeza de alguns rios: “Deve ser roçado o leito do rio de 30 palmos e queimar os matos e limpar o rio na largura de 10 palmos e onde não estiver limpo, cavando onde for preciso, dando livre curso às águas...” (APERJ – **Atas da Câmara Municipal de Itaguaí**. 1896. fl. 34v)

Foi possível verificar nas atas a aprovação de alguns balancetes trimestrais sobre as receitas e despesas do município especificando o saldo resultante. No dia 30 de novembro de 1896 a comissão da fazenda afirma que “o balancete da receita e despesa do terceiro trimestre do exercício corrente verificou acharem-se exatas todas as cifras, demonstrando um saldo existente do exercício em cofre de R\$ 128:670\$920.” O Saldo especificado é a soma dos três trimestres do ano 1896, que termina com saldo positivo em 138:098\$559 (Cento e trinta e oito contos noventa e oito mil quinhentos e cinquenta e nove réis). (APERJ – **Atas da Câmara Municipal de Itaguaí**. 1896. fl. 32v.)

### **A mão de obra e o pós abolição**

A hipótese que temos até o momento para a localidade pesquisada, é que nos anos que antecederam a escravidão, os escravos libertos teriam abandonado em massa a cidade. Outros teriam sido vendidos para fazendeiros mais prósperos no Vale do Paraíba, ainda na segunda metade do século XIX. Desta forma, o cenário de uma cidade abandonada é retratado em alguns documentos do período, citados anteriormente.

Mas, ao analisar os inventários *post mortem* de fazendeiros e lavradores da região entre os anos de 1850 e 1900, percebemos que apesar da crise enfrentada pelos proprietários, muitas

daquelas unidades produtivas se mantiveram, mudando seu perfil produtivo, optando pela policultura de gêneros alimentícios, para a venda no mercado interno. Assim, percebemos através das fontes, que a cidade de Itaguaí não estava em completo abandono, como se acreditava.

Durante a pesquisa no doutorado, outra questão nos chamou a atenção, a situação dos egressos do cativo no período do pós-abolição. Encontramos 21 livros de registros civis de batismo, entre os anos de 1889 à 1930 e, eles informam a cor da criança registrada. Algo incomum, já que muitas pesquisas afirmam que o silêncio da cor nos documentos no período do pós-abolição é constante.<sup>4</sup>

E, além de informar a cor das crianças, esses documentos informam dados importantes como, os nomes dos pais, suas profissões, nomes dos avós paternos e maternos. O que nos permite tentar traçar a trajetória da vida pregressa dessas famílias, para descobrirmos o seu caminho durante o período da escravidão, cruzando essas informações com inventários *post mortem* de fazendeiros e lavradores da região. O inventários a partir de 1872 traziam informações mais completas sobre os plantéis de escravos, devido a implementação de listas de matrículas dos escravos.

Portanto, a metodologia empregada busca o cruzamento dos registros civis de nascimento no período do pós-abolição, com os inventários *post mortem* entre os anos de 1872 até 1888. Acreditamos que seja possível encontrar os nomes dos pais e avós dessas crianças naqueles inventários, como escravos, ou filhos de escravos. Sabemos que era prática comum, muitos escravos adotarem o sobrenome dos seus senhores, portanto, esta é uma das nossas indicações para os cruzamentos das fontes.

Se, pensarmos o quão é difícil rastrear os descendentes de escravos após 1888, esses documentos nos estimula fortemente fazer uma pesquisa que busque analisar a trajetória de algumas famílias de ex-escravos no período seguinte a abolição da escravidão.

Mais um elemento a ser considerado é a quantidade de crianças registradas como “pretas” e “pardas”. Por exemplo, no livro de 1911, até o momento, cerca de metade dos registros são destas crianças. Um número alto se lembramos que comumente se afirma que os escravos da região teriam abandonado em massa a cidade após a abolição. Então, como explicar o registro de tantas crianças como “pretas” ou “pardas”? Quem são esses indivíduos que continuaram

---

<sup>4</sup> Ver o livro **Das Cores do Silêncio** nas referências bibliográficas

na região e, até o momento, não sabíamos da sua existência? Estas são algumas questões que tentaremos responder durante a pesquisa de doutorado.

Portanto, objetivo atual é analisar essas histórias, através de uma História Social interessada em compreender a trajetória individual e familiar de uma população pobre, à margem da sociedade daquele período. Boa parte das crianças registradas como “pretas e “pardas” são de mães descritas como “solteiras e de pais descritos como “desconhecidos”, um perfil de registro que a documentação, até o momento, mostra ser comum. Ainda contamos com um grande conjunto de inventários *post mortem* entre os anos de 1889 e 1930 e, em uma análise preliminar podemos constatar a significativa diminuição econômica e espacial das unidades produtivas.

Fontes e referências bibliográficas citadas

APERJ – **Atas da Câmara Municipal de Itaguaí.** 1896, fl. 12.

APERJ – **Atas da Câmara Municipal de Itaguaí.** 1896, fl. 25

APERJ – **Atas da Câmara Municipal de Itaguaí.** 1896. fl. 34v

APERJ – **Atas da Câmara Municipal de Itaguaí.** 1896. fl. 32v.

APERJ – **Registro de Ofícios da Câmara de Itaguaí.** 10 de maio de 1852.

APERJ - **Registro de Ofícios da Câmara de Itaguaí.** Dezembro de 1846.

APERJ - **Registro de Ofícios da Câmara de Itaguaí.** Outubro de 1846.

DE CASTRO, MATTOS; MARIA, Hebe. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.**

FADEL, Simone. **Meio Ambiente, Saneamento e Energia no período do Império a Primeira República: Fábio Hostílio de Moraes Rego e a Comissão Federal de Saneamento da baixada Fluminense.** Universidade de São Paulo. Tese de doutorado em História Social. 2006.

IBGE. **Censo Demográfico – 1872, 1890 e 1900.**

MENDES, Renato da Silveira. **Paisagens Culturais da Baixada Fluminense 1948.** *Apud.* FADEL, 2006.

MOTTA, Marcia Maria Menezes. **PELAS “BANDAS D’ALÉM” (Fronteira Fechada e Arrendatários-Escravistas em uma Região Policultora – 1808-1888).** Dissertação de Mestrado. UFF, 1989.

OLIVEIRA, Max Fabiano Rodrigues de. **Do café à policultura: Fazendeiros, lavradores foreiros e as transformações na estrutura fundiária de São Francisco Xavier de Itaguaí. (1850-1900).** 2015. 118 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2013.

RUIZ, Ricardo Muniz. **Sistema agrário, demografia da escravidão e família escrava em Itaguahy – sec. XIX (1820 – 1872).** Dissertação de mestrado. UFF, 1997.

TJRJ - **Inventários *post mortem*.**